

RESPOSTA DO PRI

TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA (TSB)

Março de 2025

Este documento é unicamente informativo. Não deve ser considerado como conselho nem utilizado como tal. A PRI Association não se responsabiliza por quaisquer decisões tomadas ou ações realizadas com base neste documento, ou ainda por quaisquer perdas e danos resultantes de tais decisões ou ações. Todos os dados aqui contidos são fornecidos para efeito de mera informação, sem garantia de completude, precisão e tempestividade, e, ainda, não há garantia expressa ou limitada de qualquer espécie. A PRI Association não se responsabiliza pelo conteúdo de websites e outros materiais informativos de terceiros que podem porventura ter sido mencionados. A inclusão de exemplos ou estudos de caso de empresas não constitui endosso de tais organizações por parte da PRI Association ou dos signatários do PRI. Copyright © PRI Association (2024). Todos os direitos reservados. Este conteúdo não pode ser reproduzido nem utilizado para qualquer outra finalidade sem o consentimento prévio por escrito da PRI Association.

O seguinte grupo foi consultado para fundamentar este documento: Global Policy Reference Group e signatários globais e brasileiros selecionados. Exceto declarações em contrário, opiniões, recomendações, e conclusões expressos neste documento são da PRI Association e não necessariamente representam os pontos de vista dos vários profissionais que contribuíram para a confecção deste documento ou dos signatários do PRI (individual ou coletivamente). Não se deve presumir que qualquer organização mencionada nesta publicação endossa ou concorda com o conteúdo deste relatório. A PRI Association se compromete a cumprir todas as leis aplicáveis e não busca, exige ou endossa tomadas de decisões ou ações individuais ou coletivas que não estejam em conformidade com essas leis.

SOBRE O PRI

O PRI (Princípios para o Investimento Responsável) trabalha em conjunto com sua rede internacional de signatários para colocar em prática os seis Princípios para o Investimento Responsável. O objetivo dos Princípios é compreender as implicações do investimento sobre temas ambientais, sociais e de governança (ASG), além de oferecer apoio aos signatários na integração desses temas às suas decisões de investimentos e titularidade de ativos. O PRI atua no interesse de longo prazo de seus signatários, dos mercados financeiros e das economias em que operam e, por fim, do meio ambiente e da sociedade em geral.

Os seis Princípios para o Investimento Responsável formam um conjunto de princípios de investimento voluntários e aspiracionais que oferecem uma gama de ações possíveis para incorporar fatores ASG à prática de investimentos. Os Princípios foram desenvolvidos por investidores, para investidores. Ao implementá-los, os signatários contribuem para o desenvolvimento de um sistema financeiro global mais sustentável.

O PRI faz análises e recomendações de políticas públicas com base nas visões dos signatários e em pesquisas baseadas em evidências sobre políticas públicas. O PRI acolhe com satisfação a oportunidade de responder à consulta pública sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira aberta pelo Ministério da Fazenda do Brasil.

SOBRE ESTA CONSULTA PÚBLICA

O Ministério da Fazenda do Brasil busca conhecer as [opiniões das partes interessadas](#) sobre sua Taxonomia Sustentável (TSB) – incluindo metodologia, critérios preliminares para oito setores, salvaguardas mínimas, uma abordagem para tratar da desigualdade e um sistema de monitoramento, reporte e verificação. A TSB foi elaborada pelo Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), instituído por decreto em 22 de março de 2024. As propostas preliminares sujeitas a esta consulta foram elaboradas por dez Grupos Técnicos (GTs) Setoriais e Temáticos entre abril e novembro de 2024 – em coordenação com a Secretaria-Executiva (SE) do CITSB, o Comitê Supervisor (CS) e o Comitê Consultivo (CC).

Para mais informações, entre em contato com:

Marcelo Seraphim
Head, Brasil – RI Ecosystems
marcelo.seraphim@unpri.org

Jan Vandermosten
Senior Policy Specialist
jan.vandermosten@unpri.org

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

As taxonomias de finanças sustentáveis são cruciais para que os mercados financeiros funcionem bem e contribuam coletivamente para objetivos climáticos e ambientais mais amplos. Elas ajudam os investidores a avaliar se os investimentos cumprem normas robustas de sustentabilidade e se estão alinhados a compromissos de políticas públicas como o Acordo de Paris sobre o Clima, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e metas de sustentabilidade dos países. São também um instrumento fundamental dos [frameworks de políticas públicas de finanças sustentáveis](#), pois servem como um ponto de partida baseado na ciência e em evidências para a divulgação, o *stewardship* e políticas públicas baseadas em deveres.

O PRI recebe com satisfação a elaboração da Taxonomia Sustentável (TSB) pelo Ministério da Fazenda do Brasil, incluindo a criação de um índice para medir e promover a igualdade de gênero e raça. A TSB foi desenhada em linha com o [guia de implementação de taxonomias de finanças sustentáveis](#) do PRI e do Banco Mundial e é interoperável com outras taxonomias de finanças sustentáveis.

As principais recomendações do PRI são:

- Que o governo brasileiro se engaje ainda mais na interoperabilidade da taxonomia, por exemplo, exercendo seu papel de Presidente da UNFCCC COP30, dando continuidade aos esforços da Presidência da COP29 e ingressando na Plataforma Internacional de Finanças Sustentáveis.
- Fortalecer ainda mais o vínculo entre a ambição dos objetivos incluídos na versão atual da TSB e as normas internacionais.
- Incorporar a TSB na arquitetura regulatória do Brasil, principalmente na transposição das normas do ISSB por meio da Resolução CVM nº 193: tornar obrigatório o uso da TSB pelas empresas na divulgação do Capex investido em oportunidades relacionadas ao clima será relevante nesse sentido.
- Avaliar como garantir a coerência entre a abordagem adotada internacionalmente para salvaguardas sociais mínimas e a abordagem da TSB, que também abrange objetivos ambientais e faz referência a requisitos legais adaptados às especificidades do Brasil.

RESPOSTA DETALHADA

O PRI recebe com satisfação a oportunidade de responder à consulta pública sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB). A seleção de setores ou os critérios técnicos de seleção descritos nas seções 2.1 a 2.6 da consulta estão fora do escopo do trabalho e da experiência do PRI, e portanto o PRI não apresentará uma resposta detalhada sobre eles. A resposta do PRI se concentra em questões selecionadas dos cadernos 1, 3, 4 e 5.

CADERNO 1: METODOLOGIA

Pergunta 15.2. Você tem algum outro comentário geral adicional?

A TSB se alinha aos componentes do [guia para a implementação de taxonomias de finanças sustentáveis](#), publicado pelo PRI e o Banco Mundial:

- **Objetivos** que definem as ambições da taxonomia.
- **Listas** detalhando as atividades econômicas elegíveis nos setores mais relevantes.
- **Crítérios de desempenho** para contribuição significativa e não causar dano significativo determinam se as atividades elegíveis estão alinhadas aos objetivos da taxonomia, e diretrizes para entidades relacionadas a salvaguardas sociais mínimas.

O PRI está satisfeito com a definição clara da ambição para os objetivos incluídos na versão atual da TSB. Incentivamos a TSB a fortalecer ainda mais o vínculo com as normas internacionais nos objetivos, referenciando:

- O Acordo de Paris (artigo 2.1b) e o Marco dos Emirados Árabes Unidos para Resiliência Climática Global, no objetivo de adaptação climática.
- O Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal (metas 2, 3, 10 e 11) e a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, no objetivo de uso sustentável do solo e conservação, gestão e uso sustentável das florestas. A conservação e restauração de florestas é importante para as metas de biodiversidade e climáticas.

Também incentivamos a referência às Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, aos Princípios Norteadores da ONU para Negócios e Direitos Humanos, à Declaração da OIT sobre Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e à Carta Internacional dos Direitos Humanos em relação às salvaguardas sociais mínimas.

A TSB tem todo o potencial para cumprir o princípio importante e explícito de interoperabilidade com outras taxonomias sustentáveis por meio do alinhamento parcial nos objetivos e na estrutura geral (usando critérios técnicos de seleção). O PRI encoraja o governo brasileiro a se engajar ainda mais na interoperabilidade da taxonomia, p.ex., exercendo seu papel de Presidente da UNFCCC COP30 e ingressando na Plataforma Internacional de Finanças Sustentáveis.

CADERNO 3: SALVAGUARDAS MÍNIMAS

Pergunta 12.2. Você tem algum comentário geral adicional?

O PRI acolhe com satisfação o esforço da TSB de ampliar o conceito de salvaguardas mínimas em temas ambientais e facilitar a implementação, fazendo referência a exigências legais adaptadas às especificidades do Brasil. Essa abordagem pode resultar em uma aplicação mais holística e mensurável do princípio das salvaguardas mínimas, garantindo que políticas, processos, práticas e ações das entidades estejam verdadeiramente alinhados aos padrões de sustentabilidade mais relevantes para o Brasil.

Um dos indicadores transversais de conformidade legal é a implementação de processos de devida diligência. Investidores internacionais reconhecem que prevenir e mitigar resultados reais e potencialmente negativos em direitos humanos/meio ambiente, utilizando práticas de devida diligência, resulta em um melhor gerenciamento de riscos financeiros e ajuda a alinhar suas atividades com as crescentes demandas de beneficiários, clientes e órgãos reguladores. O alinhamento com normas internacionais, como as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e os Princípios Norteadores da ONU para Negócios e Direitos Humanos, garantirá a robustez do processo.

Entretanto, o afastamento da TSB da abordagem mais ampla para salvaguardas sociais mínimas adotadas internacionalmente pode criar desafios para a interoperabilidade: portanto, recomendamos que se analise como garantir a coerência com outras taxonomias, mantendo uma abordagem relevante para o contexto específico do Brasil.

CADERNO 4: ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Pergunta 12.2. Você tem algum comentário geral adicional?

O objetivo da TSB de tratar de questões sociais importantes, como a desigualdade extrema e cada vez maior, é bastante positivo. A desigualdade extrema cresceu demais nas últimas décadas, tornando-se um desafio para uma transição econômica bem-sucedida. Uma pesquisa do Federal Reserve dos Estados Unidos mostrou que a desigualdade de renda aumenta a vulnerabilidade do sistema financeiro, tornando-o mais propenso a [choques](#).

A abordagem da TSB de desenvolver um índice para mensurar e promover a equidade de gênero e raça mostra um caminho possível para a criação de um *framework* de investimento social que mantenha os conceitos centrais de contribuição significativa e de não causar dano significativo em uma estrutura adaptada para questões sociais. O PRI está aberto para fazer engajamento sobre os méritos deste *framework* em relação aos esforços de outras jurisdições para desenvolver taxonomias sociais (p.ex., México, UE).

O PRI apoia a proposta apresentada na TSB de implementar o índice em três fases: 1) exigências limitadas, principalmente para PMEs, 2) divulgação obrigatória e auditoria interna, com exigências mais limitadas para PMEs, 3) exigência de atingir uma pontuação mínima mais alta para contribuição substancial.

CADERNO 5: SISTEMA DE MONITORAMENTO, RELATO E VERIFICAÇÃO (MRV)

Pergunta 12.2. Você tem algum comentário geral adicional?

Para a efetiva implementação da TSB, ela precisará ser incorporada na arquitetura regulatória do Brasil, nomeadamente:

- **Regulamentação da divulgação**, como a transposição das normas ISSB através da Resolução CVM Nº 193. Tornar obrigatório o uso da TSB pelas empresas na divulgação do Capex investido em oportunidades relacionadas ao clima será particularmente relevante nesse sentido.
- Regulamentação dos planos de transição para fundamentar o planejamento financeiro
- Instrumentos de *stewardship*, tais como o Código Brasileiro de *Stewardship*
- Esquemas de rotulagem para produtos financeiros
- Caminhos para emissões setoriais, tecnologia e investimento
- Instrumentos de financiamento público

O PRI tem experiência em contribuir para as políticas públicas sobre finanças sustentáveis e investimento responsável em vários mercados e está pronto para apoiar o trabalho do Ministério da Fazenda do Brasil na finalização e adoção da Taxonomia Sustentável.

Favor encaminhar quaisquer perguntas ou comentários para policy@unpri.org.

Para mais informações, visite www.unpri.org.